

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 011

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE MARÇO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

Às quinze horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Não há Ata a ser lida.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 306

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, destaque para a votação da Proposição de Veto nº 032/2002, do Projeto de Lei nº 011/2001, item 04 da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 307

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 005, 025, 028 e 047/2002, itens 01 a 03 e 06 respectivamente.

Sala das Sessões, em 05.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 306, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Proposição de Veto nº 032/2002, do Projeto de Lei nº 011/2001, item 04 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Requerimento nº 307, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto nºs 005, 025, 028 e 047/2002. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 011/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que obriga as empresas comerciais a afixar com destaque e em local visível a expressão "Sonegar é Crime", e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 044/2002.

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 423/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 011/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo obrigar toda empresa comercial, no âmbito do Estado do Paraná, a afixar em local visível alerta de “sonegar é crime”.

Para negativa de sanção ao presente projeto de lei, faço como razões fundamentais de veto o texto adiante transcrito de parecer exarado pela Secretaria de Estado da Fazenda:

“Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 011/2001, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que obriga as empresas comerciais a afixarem em local visível a expressão “Sonegar é Crime”, com o fundamento de que tanto o cidadão quanto o estabelecimento comercial devem fazer uso de seus direitos, punindo o sonegador.

Primeiramente, entendemos que o referido Projeto apresenta impropriedade técnica ao não mencionar quem seria o responsável pela fiscalização do cumprimento da lei.

Inobstante o referido projeto de lei vise estimular a população a exercer a sua cidadania, que é necessária para que o Estado cumpra a sua finalidade de buscar o bem-estar da coletividade, necessitando para isso de recursos que advém em grande parte de impostos, tal disposições já é inerente à Administração Tributária.

Segundo Ricardo Adbul Nour nos Comentários ao Código Tributário Nacional, a competência tributária é o resultado da outorga de uma autorização soberana constitucional para exercer aptidões que, por sua vez, devem obedecer às circunscrições limitativas dos princípios, direitos e garantias que o Texto Magno cuidou de assegurar aos contribuintes. A fiscalização só pode ser feita por autoridade administrativa credenciada para o ato, com respaldo dos requisitos legais procedimentais, em prol de um procedimento vinculado encadeado por atos administrativos tributários porvindouros da pessoa política.

Embora a proposição do nobre deputado seja louvável, entendemos que o Fisco Estadual vem coibindo com vigor a prática de sonegação fiscal, além do que tem disponibilizado ao cidadão paranaense meios para denunciar contribuintes que estejam descumprindo a legislação do ICMS.

Se porventura for sancionado tal projeto de lei pode ocorrer que o cidadão paranaense ao invés de procurar o órgão competente para denunciar a prática da sonegação pode agir de forma atabalhoada ou desorientada.

Acrescente-se ao antes exarado, que está em pleno vigor a Lei nº 8.137/90, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências, sendo que no inciso V do artigo 1º, abaixo reproduzido, dispõe que constitui crime suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta de negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório nota fiscal:

Art. 1º - Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Do exposto, manifestamo-nos contrariamente à sanção de tal projeto pois já existem normas legais e meios para combater a sonegação fiscal. Não é a afixação de placas que vai reduzir a sonegação, mas sim a ação efetiva das autoridades.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo. Restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 011/2001, encontra-se publicado no DA nº 002/2001, de 19/02/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO APOSTO AO

PROJETO DE LEI Nº 011/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 011/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, obriga as empresas comerciais a afixar com destaque e em local visível a expressão Sonegar é Crime, e dá outras providências.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez, e, no prazo constitucional e comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Para encaminhar a votação do item 04, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O projeto é do ilustre parlamentar Divanir Braz Palma.

Quando elegi-me no meu primeiro mandato neste Parlamento, fiz uma indicação, na época ao governador Álvaro dias, para que ele colocasse em prática uma campanha para que a família paranaense se conscientizasse de pedir uma nota fiscal. Exigir uma nota do dentista, do médico, de um restaurante, de uma lanchonete, era de fundamental importância para a arrecadação do ICMS.

Nada foi feito, mas pelo menos na época o governador Álvaro Dias, do senador Roberto Requião, fizeram

uma série de campanhas, como o governador Jaime Lerner na outra legislatura e continua fazendo agora, conclamando à população para exigir a nota fiscal.

O que não entendo, senhores, é que esse projeto é de fundamental importância à família paranaense, aos filhos do meu Estado.

Deputado Antonio Anibelli, meu particular amigo de tantas caminhadas, desde o primeiro comício do MDB, correndo com Ulysses Guimarães fazendo campanha para presidente, um dia fui participar de um encontro no Mercosul, na Argentina, fiquei dois dias e vim embora. Não foi pago com erário público, nem nada. Fomos para ver quantos produtos tinha no supermercado para vender do Paraná. Chegando em um supermercado, a primeira placa que encontrei na entrada foi: “Exija nota fiscal, não sonegue o governo argentino.”

Quando cheguei em Porto Alegre e desci no aeroporto, deputado Divanir, deputado Anibelli, V. Exa. presta atenção no meu raciocínio, é inteligente; nos balcões estava lá escrito: “Exija nota fiscal”.

O que me chamou mais atenção ainda, ao tirar uma passagem - exija também, além da passagem, a nota fiscal da passagem. “Não sonegue o Governo do Rio Grande do Sul”.

Em Santa Catarina, deputado Anibelli, fui fazer a barba, cheguei num salão e estava lá escrito: “Exija nota fiscal”. Pensei em como pegar uma nota fiscal de um barbeiro, pois ele estava com o talão! O governo catarinense não quer que eu sonegue!

Reconheço que o Paraná tem feito belíssimas campanhas desde a época de Canet, de Álvaro Dias, de Roberto Requião, do governo de Jaime Lerner, quando o Dr. Giovani Gionédís ia para as rodovias e está continuando com uma campanha do delegado da Receita Estadual, o Lucena, fazendo um trabalho. Será que é demérito? Deputado Tony Garcia, V. Exa. que é candidato ao Senado e vai debater no Senado, meu Deus do céu! Custa muito colocar uma placa em qualquer estabelecimento comercial: “Exija nota fiscal. Não sonegue!”? Como é que vou a um posto de gasolina abastecer o carro e eles, imediatamente, me dão uma nota fiscal? Tem restaurantes, deputados, muito chiques, em que você fica com medo de pedir nota fiscal. O dono faz cara feia. Para se vingar da gente, eles especificam: “Uma garrafa de vinho, ou um almoço, ou uma batidinha...” Poderiam colocar: “Despesas”, ou “Refeições”.

Então, quando você exige desses restaurantes da elite dominante, eles fazem questão de colocar item por item!

O Sr. Marcos Isfer

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Já concederei.

Até um palito de dentes colocam na nota fiscal!

Se quiserem, podem colocar, não estou preocupado, mas quero a nota fiscal!

Sabem por que é importante apoiarmos o deputado Divanir? Porque esse projeto vai evitar que se acabe com a merenda escolar, que se acabe com o kit escolar, com o medicamento para os nossos aposentados, que se acabe com a cadeira de rodas para os nossos paráliticos.

Muita gente fala por aí que os deputados são assistencialistas. Não sou assistencialista porque não sou formado em Assistência Social. O que faço em meu gabinete é cidadania e justiça social. Então, para acabar com a invasão dos gabinetes dos 54 deputados, é importante que tenhamos uma placa, um cartaz.

Por exemplo, o deputado Anibelli colocou uma placa: “É proibido fumar”. Acho que tem que ser respeitado. Quem tem o vício vai fumar lá no canto, para morrer. Quem quer morrer vai ali. Quem é alcoólatra, procura um lugar para beber, para morrer. Tudo mata, não é só o cigarro, não. Tudo mata! O mundo só acaba para quem procura a violência e uma violência que acho cretina e imbecil é não colocar uma placa em todos os estabelecimentos comerciais, dizendo: “Exija nota fiscal. Não sonegue a família e os filhos do Paraná”.

Deputado Marcos Isfer, é uma satisfação ouvi-lo.

O Sr. Marcos Isfer

Só quero concordar com o que o deputado Alborghetti diz e dizer que recentemente entramos com um projeto de lei que fazia um cálculo estimativo do ICMS de restaurantes, bares, lanchonetes, que é tão difícil, ninguém cobra, porque ninguém pede a nota, como disse V. Exa. E, efetivamente, seria uma forma de o Estado dispor de mais recursos. E, infelizmente, é mais um projeto como o meu, como o do deputado Divanir Braz Palma, vetados.

Parece-me, deputado Alborghetti, que o Estado não tem interesse em arrecadar mais. É isto o que me preocupa!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Agora, deputado Anibelli, é com V. Exa. Veja o que aconteceu esses dias: fui comprar um maço de cigarros e quando olhei a foto que está atrás da carteira, me benzi dez vezes. Falei: “meu Deus do céu!” Tinha uma criancinha morrendo, na foto. Falei: “Ai, meu Deus, o que é que vou fazer? Vou ter que comprar uma carteirinha de plástico para colocar o “trem” dentro! Fiquei impressionado com o negócio! Quer dizer, você se impressiona! Fiz um projeto aqui, deputado Anibelli, que não passou, porque tem que ser feito em Brasília. Se V. Exa., que foi deputado federal, estivesse em Brasília...! Então, eu falava: coloque em todas as bebidas alcoólicas uma tarja: “Beber é prejudicial à saúde”. Aí eles colocaram uma letrinha, que você precisa de uma lupa para ver: “Cuidado, não beba demasiadamente, porque pode prejudicar sua saúde.” Ora, pelo amor de Deus!

Então, gostaria que todos os parlamentares aqui presentes, que não há nem necessidade - mas gostaria que V. Exa. fosse bem objetivo, porque já falei por V. Exa. - tenho certeza que V. Exa. vai ganhar. Este projeto é importante. A menos que este governo seja burro demais para não permitir que se coloque uma placa dizendo: “Não sonegue o Governo do Paraná”!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, faço minhas as palavras do deputado Alborghetti.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, diante da relevância dos fatos, peço permissão a V. Exa. e à Casa, para fazer um registro.

No dia de amanhã, o Banco Itaú estará realizando mais um grande leilão de imóveis em Foz do Iguaçu. E esta atitude do Banco Itaú está deixando 900 famílias da cidade em polvorosa. E pior que isto, na maioria dos casos, sem o seu imóvel. Famílias que pagaram seu imóvel por 10, 15, 20 anos foram financiados pelo Banestado. Agora, a carteira agrícola junto ao Banco Itaú. O Itaú está dando tratamento que está prejudicando demais não só os mutuários do antigo Banestado, mas a cidade como um todo. Veja bem, senhor presidente, são cerca de 900 imóveis que estão na lista e alguns indo para leilão, no dia de amanhã. Pessoas, que, como me falou o doutor Ricardo Cury, que foi diretor de crédito imobiliário do Banco Banestado, poderia muito bem, com base na legislação federal de imóveis financiados com o dinheiro do Fundo de Garantia, serem quitados. Quitados em 70%, e até 90%. Coisa que o doutor Ricardo Cury fez enquanto estava no Banestado.

Outra consequência nefasta desta atitude do Banco Itaú é a de que está “arrebentando”, digamos assim, o setor imobiliário de Foz do Iguaçu. Imóvel que valeria 70 mil está sendo leiloadado por 20 mil reais, 25 mil reais, com o mutuário dentro!

É uma coisa absurda o que está acontecendo. A cidade de Foz do Iguaçu está se levantando contra este tipo de coisa. Afinal de contas, são 900 famílias. É o equivalente à população de uma pequena cidade.

Então, estou fazendo esta denúncia neste plenário, porque lá em Foz do Iguaçu existe um movimento já bastante intenso e esta questão não pode continuar do jeito que está. Temos que levantar, se for o caso, Foz do Iguaçu e até mesmo o Paraná contra a insanidade, a voracidade do Banco Itaú que está deixando milhares de famílias no Paraná inteiro, em especial em Foz do Iguaçu, em situa-

ção dramática como nós estamos vendo e vivendo neste momento.

Muito obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu vejo o companheiro do Sindicato dos Eletricitários com o cartaz na mão. Tradicionalmente esta Casa - e eu estou aqui na terceira legislatura já - sempre ofereceu este espaço democrático para que houvesse manifestações populares. A informação que me foi passada é que está havendo uma proibição por parte dos seguranças de colocar cartazes aqui no mural da Assembléia.

Eu quero perguntar a V. Exa. se realmente há a proibição ou se ele poderá colocar o cartaz que ele está segurando há quase 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Como estou na presidência dos trabalhos e não sou da Executiva, na ausência do presidente Hermas Brandão está aqui o 1º secretário deputado Valdir Rossoni, para responder.

O SR. VALDIR ROSSONI

Como resposta ao deputado Cezar Silvestri, houve uma deliberação da Comissão Executiva de que após as reformas que nós tivemos que polir todo o mármore desta casa, de não deixar mais colar cartazes para que não voltasse a se destruir o que foi reconstruído no mês de julho.

Então, é uma posição, para resguardar o patrimônio público da Assembléia.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Isto em todos os locais, inclusive das galerias?

O SR. VALDIR ROSSONI

Onde nós tínhamos mármore nós tivemos que polir, e a hora que você cola qualquer coisa no mármore ele pega sujeira e depois nós teremos que polir novamente. Nós temos tido preocupação de preservar.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Eu respeito a decisão, mas lamento, pois foi um espaço democrático utilizado para protesto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o 1º secretário, Edno Guimarães, para que faça a chamada dos senhores deputados, para que possamos votar o item nº 4, da Ordem do Dia.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)
(**Procede à chamada nominal**)

47 (quarenta e sete) deputados votaram.

07 (sete) deputados não votaram.

Falta a apuração dos votos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido os deputados Basílio Zanusso, César Seleme e Hidekazu Takayama, para que procedam o escrutínio dos votos.

(Procede-se o escrutínio dos votos).

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Atenção, senhores deputados para o resultado da votação.

22 votaram com a cédula sim.

22 votaram com a cédula não.

02 votaram nulos.

01 voto em branco.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Convido o 1º secretário deputado Edno Guimarães, para que faça a chamada dos senhores deputados, para que possamos votar conforme requerimento aprovado, os itens nº 1, nº 2, nº 3 e o nº 6, em bloco.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/2002, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 228/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que dispõe sobre a criação do “Programa Parceiro da Escola”, a ser implantado no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 459/2001

Curitiba, 26 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 328/2001, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual vetei, parcialmente o Projeto de Lei nº 228/2001, por julgar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo criar o Programa Parceiro da Escola, permitindo às empresas que dele participarem, exclusividade na publicidade de bens doados, bem como através de outdoors nas escolas e, ainda, assegurando redução do ICMS a tais empresas, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o artigo 4º.

A negativa de sanção ao mencionado artigo 4º decorre de sua inconstitucionalidade porque afronta o artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, letra “g” da magna Carta da Nação, na parte referente à redução do ICMS ferindo, também, neste aspecto a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o presente projeto de lei, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 228/2001, encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 171/2001, de 20.11.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO PARCIAL

APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 228/2201

O projeto de Lei nº 228/2001 de autoria do deputado Renato Gaúcho, dispõe sobre a criação do “Programa Parceiro na Escola” a ser implantado no Estado do Paraná.

Tendo sido nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo o seu poder de veto, assim o fez, vetando o artigo 4º do projeto de lei e, no prazo constitucional e comunico o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 26.02.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 043/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a atualizar o trecho da denominada Rodovia Costa Oeste até a Base Náutica do município de Itaipulândia. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 037/2002

Curitiba, 11.01.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 366/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 043/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 043/2001 encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 183/2001, de 03.12.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO -VETO Nº 025/2002

P A R E C E R :

A presente Proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 043/2001 de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da denominada rodovia Costa Oeste até a Base Náutica do município de Itaipulândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 028/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 444/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece padrões de qualidade de ar e padrões de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas passíveis de monitoramento e controle, no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 040/2002

Curitiba, 11.01.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 432/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 444/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista parecer da Sema, de que a medida, tal como está, não comporta acolhimento, mas que oportunamente será estudada e proposta em termos de plena exequibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 444/2001 encontra-se publicado, no DA nº 126/2001, de 17.09.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO -VETO Nº 028/2002

P A R E C E R :

O Veto 28/2002 do Poder Executivo, foi apostado ao Projeto de Lei nº 444/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão.

Procedida a análise desta proposição, no que se refere ao prazo de apresentação e demais aspectos constitucionais e regimentais, não encontramos óbice à normal tramitação do Veto 28/20002.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 047/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 074/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui incentivos sociais e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG N 135/2002

Curitiba, 11.01.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 479/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 074/2000, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as “empresas beneficiadas com incentivos de qualquer natureza para sua implantação no âmbito do Estado do Paraná, deverão contribuir com três por cento (3%), no mínimo, dos valores concedidos a título de incentivo, para o desenvolvimento de ações e políticas no âmbito da Assistência Social”.

Embora reconhecendo a louvável preocupação do autor do projeto de lei em referência, no sentido de propiciar recursos novos para ações assistenciais, não foi possível acolher a medida pelo fato de considerá-la sem as condições necessárias para ensejar plena e tranqüila exequibilidade porque, não estando conceituada em nenhuma das hipóteses tributárias previstas no artigo 129, da Carta Estadual, peca por inconstitucionalidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 074/2000 encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 194/2001, de 11.12.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 047/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 74/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui incentivos sociais e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, observou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, ao encaminhamento desta proposição-veto para apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quarenta e cinco senhores deputados compareceram para votar.

Convido os deputados Antonio Anibelli, Antonio Carlos Belinati, Cezar Silvestri e Durval Amaral, para fazerem o escrutínio dos votos.

(Pausa para ser feito o escrutínio)

Quarenta e seis senhores deputados votaram.

Com a cédula sim: vinte e cinco; com a cédula não: dezoito; nulo: um; brancos: dois.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do Poder Executivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicletas à categoria do moto-taxistas. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

O senhor presidente informa que deixa de votar a referida proposição por falta de quórum.

Ofício/CTL/SEEG Nº 058/02

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 498/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 514/01, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo isentar do ICMS a aquisição de motocicleta, adquirida de revendedor no Estado do Paraná, de qualquer cilindrada, destinada ao efetivo emprego como moto-taxi e, ainda, outorgar crédito fiscal a ser apropriado em conta gráfica no livro próprio de

“Apuração do ICMS”, nas operações interestaduais com produtos que se utilizem da matéria prima trigo, assim como adotar outras providências.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do resultado de análise feita pela Secretaria de Estado da Fazenda (Coordenadoria da Receita do Estado) que, considerando a medida inconstitucional, assevera:

“Impõe-se o veto ao citado projeto de lei, pois, concede os seguintes benefícios fiscais relativos ao ICMS: em seus artigos 1º e 2º, isenção do tributo estadual nas saídas de motos destinadas ao emprego como “moto-taxi”, em seu artigo 3º, crédito fiscal nas operações que especifica. Deve ser observado que, quaisquer benefícios fiscais relativos ao ICMS que importem em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus, somente podem ser concedidos com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de convênios, firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho de Política Fazendária - Confaz. Esta determinação está contida no artigo 155, XII, “g”, da Constituição Federal, assim transcrito, *verbis*:

“Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

...

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

...

XII - cabe à lei complementar:

...

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados”.

Como já existia lei complementar regulando a matéria desde 1975 (LC nº 24/75), esta foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, cujo artigo 1º e seu parágrafo único, inciso IV, assim dispõe, *verbis*:

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte

redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus”;

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 514/2001, encontra-se publicado no DA nº 202/2001, de 13/12/2001, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO APOSTO AO
PROJETO DE LEI Nº 514/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicleta à categoria de moto-taxistas.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez, no prazo

constitucional e comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 06, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001, 011, 016, 024, 033 e 039/02.

Levanta-se a Sessão.